

LÉIA DA SILVA RAMOS MACUXI

POVO:

**MACUXI – COMUNIDADE INDÍGENA
ARAÇÁ DA SERRA - NORMANDIA,
RORAIMA**

NASCIMENTO:

1981

FORMAÇÃO ESCOLAR:

**DOUTORANDA PELO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
(UNB)**

Mestre em Sociedade e Cultura na Amazonia (UFAM), graduada em Licenciatura Intercultural com habilitação em Ciências Sociais pela (UFRR); Especialista em Gestão Escolar pela (UFRR), cursista no curso da Licenciatura em Matemática pela (UERR).

HISTÓRIA DE VIDA

Sou filha de dois Macuxi; somos 9 irmãos, sendo 3 homens e 6 mulheres, contando comigo. Sou a filha mais nova da família, nasci em uma comunidade indígena chamada Pacú, do povo Macuxi, comunidade do meu pai, que está localizada na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Município de Normandia, no Estado de Roraima. Quando eu tinha três anos de idade, meus pais foram morar na comunidade da família da minha mãe, do povo Macuxi, chamada Contão, localizada também na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Município de Pacaraima, no mesmo estado. Nesse ano da nossa mudança, o meu pai faleceu vítima de acidente automobilístico. A minha vida toda cresci perto da minha mãe, todos os dias recebendo conselhos de como ser mulher; aprendia como fazer as atividades da casa e da roça. Junto com todos da comunidade, participava de atividades das roças e das cozinhas comunitárias e atividades recreativas, com outras crianças, nas brincadeiras e afazeres de crianças.

Aos meus 7 anos de idade, minha mãe me matriculou na escola da comunidade, chamada Escola Estadual Fernão Dias. Foi nesse período que houve um contraste na minha vida, pois eu sabia falar mil coisas em casa com a minha mãe e meus irmãos, mas era muito tímida e não conseguia me expressar bem em Macuxi, e muito menos em Português na escola. A minha mãe fazia o máximo para eu nunca falar em Macuxi, e eu tentava falar só na língua portuguesa; eu sempre misturava as coisas na hora de falar com os professores e meus colegas. Aos poucos consegui vencer esses obstáculos, consegui concluir o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Sempre participei da vida comunitária nas tomadas de decisões dos grupos de jovens, das atividades na igreja, nos jogos de futebol, nas brin-

cadeiras de rodas, nos trabalhos das roças, na atividade de fazer a farinha e os diversos tipos de caxiri.

Aos 17 anos de idade me casei com Josué Ramos dos Santos. Continuava morando com minha mãe, porque ela estava doente com diabetes e não demorou muito para falecer, aos 55 anos de idade. Não tivemos condições financeiras para dar toda a assistência médica. Mas dou graças a ela, que sempre quis que eu estudasse e nunca me deixou desistir dos meus estudos por situação familiar ou financeira; ela sempre dizia que “tudo aqui é difícil, mas não impossível”. Esse era o lema que ela usava para eu poder estudar. Uma frase que eu guardo sempre comigo. Em todos os desafios que encontro, essa frase me faz refletir. E me dá forças para seguir, tanto na vida familiar quanto estudantil.

Com 20 anos de idade, fui pela primeira vez trabalhar como secretária de escola, a convite do tuxaua e diretor da comunidade Araçá da Serra, que fica na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Município de Normandia, no Estado de Roraima. Lá habitam os povos Wapichana, Macuxi, Patamona e Taurepang, com uma população de aproximadamente 412 pessoas, falantes das línguas portuguesa, Wapichana, Macuxi, Patamona, espanhol e inglês. Não gostei da experiência.

Assim que saiu a primeira seleção (ou “primeiro processo seletivo”) para ser professora, fiz, consegui ser aprovada e comecei a trabalhar na mesma comunidade. Nesse primeiro ano de trabalho, tive também o meu primeiro filho. No ano seguinte saiu o primeiro concurso do Município de Normandia, fiz para a vaga de professora e fui aprovada. A Secretaria de Educação fez a minha lotação em uma comunidade bem próxima da comunidade onde vivíamos. Passei uns dois meses trabalhando lá. Mas, graças aos líderes da-

quela comunidade, consegui uma vaga para trabalhar na própria comunidade do Araçá, com os alunos do Ensino Infantil. Mesmo sem decreto de criação, trabalhei durante quatro anos seguidos, a pedido da comunidade, na Escola Municipal de Ensino Infantil Índia Bernardina Ramos, que foi reconhecida.

Em 2004, fiz o curso de formação para professor em nível de Magistério no Programa chamado PROFORMAÇÃO, que era aos finais de semana e nas férias, em 2005. Consegui ser aprovada também no curso da Licenciatura Intercultural, com habilitação em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Roraima. O curso era somente nas férias. Tendo êxito em todas as disciplinas, concluí em 2010. Nesse tempo, eu fazia um trabalho junto com todos da comunidade, procurando sempre ajudar nas reuniões comunitárias, regionais e estaduais, na parte da economia, saúde e principalmente na parte da educação, buscando sempre projetos de sustentabilidade.

Após todos os processos e vivências na comunidade indígena como mulher, professora e agora pesquisadora na comunidade, tento ser, ou melhor, entender, e sempre que possível pensar no coletivo de cada comunidade. Pois toda cultura tem suas especificidades, e temos que respeitar o outro. E tentar chegar ao consenso, o que é melhor para todos do “grupo”. Pois todos os povos Macuxi, Wapichana, Taurepang e Patamona já casaram entre si, não tem mais como fazer as separações por povos, mas sim pelas comunidades onde cada um decide morar. Buscamos meios de viver e procuramos lugares onde há escola, posto de saúde e terra boa para fazer o plantio das roças.

Na minha visão, não há como uma cultura ser melhor do que outra. Como cita o autor Roque de Barros Laraia, “A cultura é

dinâmica”. Os povos Macuxi tentam sempre fazer acordos que satisfaçam os anseios da maioria da comunidade, e tentam, nessas tomadas de decisão, resolver os seus projetos de vida, fazendo eleição para colocar os seus representantes legais, chamados de Tuxaua. Antes, isso era passado de pai para filho. Hoje, quem ganha a maior quantidade de votos, se torna “tuxaua”. Percebe-se que, depois da colonização, muita coisa mudou. Tivemos que reinventar formas de união. Cada comunidade tem suas regras e tem o poder de resolver tudo sobre seu povo, na sua comunidade.

SER MULHER

Busquei refletir sobre as atividades das mulheres indígenas da minha própria comunidade. Ali estava eu, novamente com as minhas angústias, porque descreveria a minha própria vida. Falaria sobre a minha própria história de vida. Não me conformava mais, até que um dia me deparei com muitos olhares preconceituosos sobre os povos indígenas. Isso me incentivou a escrever sobre o papel social da mulher indígena. Pois, além de ser mulher, mãe, professora, estava eu ali como pesquisadora, querendo mostrar como o meu povo era tratado e tentando buscar alternativas de vida para as futuras gerações, mostrando também que a educação indígena não tem visibilidade. Muitas coisas mudaram rápido. O acesso às leis do mundo não indígena deixou nosso povo confuso, nossos jovens cada vez mais rebeldes e preguiçosos, segundo falas de alguns pais na reunião comunitária, pois os filhos não estavam mais participando das atividades das roças, das caçadas e nem das pescarias. Não era mais como antes. A escola foi um meio de apagar as histórias de vida do nosso povo, das nossas línguas e culturas.

TRAJETÓRIA

Hoje as comunidades lutam para fortalecer nossas culturas através da escola, onde temos nosso calendário específico e diferenciado, onde todos os alunos, pais e responsáveis participam das atividades que envolvem escola e comunidade. Isso foi um grande avanço em nossas histórias. As nossas línguas maternas, o Macuxi e Wapichana, são ministradas para todas as séries na Escola Estadual Indígena Índio Gustavo Alfredo, na comunidade do Araçá da Serra.

Em 2014, iniciei dois cursos. Um porque senti a necessidade de entender melhor o meu papel de gestora de escola e para poder fazer um trabalho melhor na minha comunidade. Consegui concluir com um trabalho sobre o tema “Drogas e suas consequências na vida dos alunos”. O outro curso foi de Matemática, um curso que eu pretendo ainda defender no ano que vem, pois não me conformo de não poder enfrentar os cálculos que gostava muito de fazer quando era adolescente. Ainda não sei bem se era gosto de aprender mais e mais; foi uma forma de superar minhas expectativas sobre uns cálculos mágicos que, só na graduação, pude dividir meus anseios e diminuir minhas angústias, somar meus desejos e multiplicar a minha forma de ver o mundo.

Assim, sendo professora e vendo a necessidade da comunidade refletir sobre o futuro dos nossos filhos, tive o desejo de aprender cada vez mais. Porque para mim, ser professora é ser aquela pessoa que está sempre em busca de novos saberes e conhecimentos para ajudar o seu povo, não ficar só entre as quatro paredes da sala de aula, mas fazer parte do movimento indígena, ajudar a comunidade nas atividades juntamente com o tuxaua e sua equipe de trabalho, respeitando as regras.

Ao falar dos meus anseios de realizar os meus sonhos e superar minhas angústias, vejo que a educação é uma porta de entrada para reverter o mal que a escola nos impôs em anos anteriores e realizar meu desejo de trabalhar junto com todos os povos indígenas, independente de etnia, comunidade, cidade, estado. E assim, fui entendendo cada vez mais como podemos nos aperfeiçoar para ajudar os nossos parentes. Sempre gostei de estudar, mas hoje vejo que optar pelo curso de antropologia foi a melhor decisão que tomei. Foi a única oportunidade de poder presenciar de perto como o conhecimento é construído na visão indígena e na visão de diversos antropólogos.

No início do curso, foi muito difícil deixar toda a minha família na comunidade, acreditando primeiramente em Deus e na sorte, por não ter condições de manter os filhos e esposo perto de mim. Tive que abrir mão de trabalhos assalariados como professora, orientadora, supervisora, que fazia além da atividade de professora na comunidade, orientando estudo a nível regional, na região do Baixo Cotingo, na T.I. Raposa Serra do Sol. Atuava como supervisora no Programa de Incentivo à Docência (PIBID/UFRR), atendendo os professores de Roraima e demais estados que faziam parte do projeto. Deixei tudo para ir para Brasília, apenas estudar.

Foi a primeira vez que fui para um lugar praticamente sozinha, e fiquei na casa de amigos (Aldenora e Olavo), que me acolheram e me ajudaram com muitas informações sobre a Universidade de Brasília e em outras situações básicas, que para mim serviram muito. Foi a primeira vez que andei de ônibus sozinha. Me mantive graças à ajuda de custo do Programa do CNPq, porém não era suficiente para manter a mim e a minha família em Roraima.

No primeiro semestre, conheci o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade de Brasília (UNB) e pude fazer três disciplinas. Fui muito entusiasmada, com muitos questionamentos e interrogações, queria sempre resolver as coisas do meu jeito. Foi muito difícil, pois eu não conseguia me concentrar nos estudos a minha preocupação estava na aprendizagem dos meus filhos; preocupações de mãe. E para completar, a falta de residência específica para os povos indígenas na Universidade, que não existe. Concorri em um edital geral, mas não consegui ser aprovada para ganhar residência.

A minha vida estava de mal a pior, eu não conseguia compartilhar minhas dificuldades com ninguém, fingia estar tudo bem, que entendia tudo, mas, no fundo, estava muito mal. Não conseguia produzir nada, todos os dias eu chorava demais, não via a hora de abandonar tudo, voltar para minha vida de professora e perto dos meus filhos e familiares. Não consegui alcançar o rendimento exigido pelo programa. Percebi que a metodologia de ensino das disciplinas ministradas por alguns professores do Programa de Pós-graduação em Antropologia não atendem totalmente aos nossos anseios, porque ainda somos vistos como objeto de pesquisa. Percebi que, quando um dos nossos colegas indígenas e não indígenas falavam de suas experiências, não eram respeitados; o professor não conseguiu fazer a mediação e chegou a dizer que não tinha nada a ver com o que ele esperava. Notei que só a nossa presença já incomodava. As minhas angústias só aumentavam. Em nenhum momento tive coragem de conversar com o professor, em nenhum momento o professor me chamou para o diálogo. Tanto que, em uma das disciplinas, não consegui obter a média mínima, e recebi a notícia por e-mail. Estava no

período de férias, junto com a minha comunidade, onde avisei a todos que voltaria para a UNB para tentar superar as minhas dificuldades; se não conseguisse, eu retornaria para ajudar o meu povo novamente.

Percebo que, com a entrada de alunos indígenas nas universidades por ações afirmativas, ainda há certa resistência. Sinto que ainda somos menosprezadas, mas aos poucos compreendo como essas ideias, ou melhor, esses grupos se organizam, nesses departamentos. Não existem fórmulas de aceitação, para que possam nos acolher nas universidades. Contudo, nossos receptores precisam ser mais humanos, ter mais humildade e paciência para pôr em prática políticas voltadas à inclusão social nas universidades. O indígena, apesar de toda a dificuldade, tem um sonho, uma visão, e poderia ser ao menos respeitado.

Ainda são poucas as pessoas que enxergam o indígena como processo de construção de conhecimento, a maioria ainda tem uma visão pejorativa e preconceituosa dos indígenas. Pois sei que é difícil formular novas epistemologias para o acesso ao saber, fazer fazendo. Sei que é muito pior se achar excluído do mundo devido à sua cor, raça, e por fazer parte da minoria nessa sociedade excludente, por não ter frequentado as melhores escolas, por não saber ler e muito menos escrever como a academia espera de nós.

Após esse sufoco, busco sempre compartilhar minhas angústias e entender as ideias dos autores; e digo mais, estou tentando entender melhor a organização social urbana, o mundo do outro, pois sei que é aqui que sofremos por não sabermos nos expressar, por não conseguirmos indicar a dificuldade. Para nós, tudo aqui é ao contrário, a forma de nos relacionar com o outro, com o espaço, pois é através da oralidade que o conhecimento indígena é repas-

sado no dia a dia, os saberes dos nossos antepassados. E agora temos que seguir nesse mundo de saber expressar o pensamento de acordo com o entendimento do saber dos autores, chamado de teoria, mas que para nós é chamado de conhecimento indígena.

ESTUDOS

Em 2011, surgiu a seleção do Programa em Sociedade e Cultura na Amazônia/UFAM. Concorri à seleção e fui fazer o mestrado, pois sentia necessidade de aprender mais sobre meu próprio povo. Nesse momento, já havia tido os meus quatro filhos, e quando saí para estudar, minha filha estava completando um aninho de vida. Pude sair graças aos meus familiares e, principalmente, ao meu esposo, que sempre ajudou me dando forças para estudar e cuidando dos nossos filhos. No mestrado, pude compreender que a Ciência tem suas especificidades, cada vez maiores, em termos das diversas culturas que existem nas nossas comunidades, região, município, estado, país e no mundo inteiro. Eu achava que continuaria estudando um pouco de tudo, mas não, fui direcionada para um só campo de estudo. Tive que elaborar um projeto de pesquisa. Na verdade, um projeto de vida para a minha comunidade.

POLÍTICA INDIGENISTA E MOVIMENTO INDÍGENA

Penso que a política indigenista deveria contribuir para dar visibilidade às situações que ajudam na compreensão das questões dos povos indígenas; mostrar que a maioria dos reconhecimentos de direito não são respeitados pelo Estado brasileiro, no que diz respeito à educação, à saúde, economia e ao reconhecimento das demarcações de nossas terras.

A FUNAI tem ajudado muito os povos indígenas, mas também atrapalhado muito em seu papel de facilitador, por não saber dialogar com os povos indígenas. Não vejo necessidade da tutela, pois, a cada dia, nossas vivências com os indígenas e não indígenas nos ajudam a saber e entender quem somos, para onde vamos e o que queremos; não precisamos ter alguém para nos guiar, mas sim para compartilhar conosco.

Vejo que a Constituição Federal abrange todas as questões referentes aos direitos e deveres do cidadão. Percebo que temos direitos amparados por lei, mas a sociedade não indígena nunca os cumpre. É o caso do Estatuto do Índio, que classifica os indígenas como “relativamente incapazes”, que precisam de proteção, mas nunca respeitou as suas especificidades. Sabemos que aqui no Brasil existe toda uma diversidade de povos indígenas, com suas línguas e culturas, mas que nunca foram ouvidas. Pontuo aqui o extermínio de línguas e identidades, impondo projetos de colonização e sempre colocando indígenas como inferiores aos ocidentais, sem respeitar o seu modo de organização, a sua educação, a sua saúde.

A educação indígena se dá no processo de suas vivências, ou seja, na realização de suas atividades diárias. Isso muda no projeto de educação do ensino básico, que tenta fazer dos alunos meros receptores, fazendo tudo de faz de conta, sem conhecer as suas realidades a fundo, sem buscar alternativas ou mudar as metodologias de ensino, com preguiça de pensar e agir. Os educadores continuam como uma semente doente. Uma semente boa nasce, cresce e morre. Quando a semente está doente, ela não se desenvolve, não nasce, não cresce e nem morre, por isso a comparo com um professor que não ouve nem tenta buscar alternativas que atendam às necessidades do seu público, que são os alunos.

Enxergam sempre os indígenas como inferiores, por não atenderem às expectativas do curso, dizendo que os indígenas têm “problema de interpretação de texto”, sem ouvir, sem fazer nada para ajudar. É muito constrangedora a situação e as visões de pesquisadores nesse cenário atual.

Os movimentos e as organizações indígenas me ajudaram muito, é neles que conhecemos os nossos direitos de saber fazendo; lá de tudo se aprende, é lá que se fortalecem nossas ideias que dizem respeito a todos os povos indígenas, nas quais nem sempre temos sucesso, por não sabermos agir de acordo com as expectativas dos nossos governantes, que são anti-indígenas. Sem essas organizações, é impossível termos visibilidade nessa sociedade que sempre quis que continuássemos sem entender, para não reivindicarmos nossos direitos. Ainda temos muito que aprender para melhor reivindicar e ter sucesso com nossos direitos até aqui negados.

PATRIMÔNIOS

Muitos conhecimentos precisam ser estudados com cautela, pois cada um dos itens, cultura e patrimônio, carrega dentro de si uma vida, crenças, uma história que precisa ser respeitada. Sem conhecer, é impossível respeitar.

A mulher indígena, independente do povo, tem o seu espaço, que também precisa ser respeitado. Ela precisa ser descrita com carinho, porque a diversidade nos faz olhar o outro sem generalizar, e a mulher indígena depende da cultura de cada povo. No meu caso, enquanto mulher, Macuxi, indígena, mãe, valorizo muito questões que dizem respeito aos papéis sociais da mulher dentro do seu grupo e sua comunidade; a mulher tem um papel

importante na produção de artesanato, nas atividades culturais dos trabalhos onde elas gostam de se fazer presentes, como nas cozinhas comunitárias, e está sempre ajudando o esposo em suas atividades, tanto nas casas quanto nas roças.

Na maioria das vezes, são as mulheres que repassam o conhecimento sobre as leis tradicionais que regem cada grupo, como o respeito à natureza, os modos de agir e de fazer sem ferir a lei maior, conhecimentos que ajudam na formação da mulher e do homem.

A produção cultural, como mencionei acima, está ligada às questões diárias de aprendizagem no trabalho e nas construções, de produzir algo, como os artesanatos de uso individual e também aqueles para atividades de trabalho, como tipiti, jama-chim, abano e outros.

Percebo que temos que implementar políticas de estudo para melhor entendermos o patrimônio indígena; falo em respeito aos objetos que foram tirados das terras indígenas para serem levados aos museus. Por um lado foi muito ruim, mas por outro foi bom, porque a maioria das terras indígenas foi invadida, e alguns objetos foram extintos. Mas teríamos que discutir em cada comunidade, para saber se está de acordo. A maioria desses objetos carrega consigo a história de uma geração, e depende muito de cada povo. Se quiserem expor os seus conhecimentos, por exemplo, sobre uma “panela de barro” encontrada em um sítio arqueológico, uma pessoa que não conhece a história, a pessoa pode ir lá, pegar, quebrar. E isso não vai acontecer com outra pessoa que conhece toda a história e que se ela tocar na panela começa se sentir mal. Temos que entender as especificidades de cada comunidade.

Assim, espero ter repassado um pouquinho do meu conhecimento sobre esses diversos temas, que precisam ser trabalhados e estu-

dados, e conseguido descrever o meu olhar, as minhas angústias e interrogações ao longo dessa carreira estudantil.